

Editorial

Se os recursos minerais não beneficiam o povo a quem beneficiam?

Economistas, professores catedráticos, e outros investigadores, provaram com dados concretos, que os moçambicanos, pelo menos para já, estão a ser prejudicados com a exploração dos recursos naturais disponíveis no país. É visível a olho nu que o gás explorado em Inhambane, o carvão explorado em Tete, as areias pesadas que eram retiradas em Gaza e as que estão em exploração em Moma, na província de Nampula, não beneficiam a quem é das zonas onde hoje em dia ocorre a exploração desses recursos. E também continuamos a ter um orçamento de Estado parasita. Mas será que, a certo nível, não há quem está a usufruir deles? Certamente que deve haver. É impossível que não haja pato escondido com rabo de fora...

Aqueles que era suposto beneficiarem da exploração dos recursos – para que a euforia pela ‘auto-estima’ deixasse de ser um discurso sem substância – esses estão, de dia para dia, a fermentar a sua indignação.

A semana passada, em Tete, economistas reputados da praça mostraram que afinal, para além de não haver benefícios, as comunidades locais onde os recursos do País estão a ser explorados, estão a sair prejudicadas. Disso damos conta nesta edição numa peça que destacámos na primeira página.

As pessoas estão a ser expulsas das suas zonas habituais de residência para no local serem implantados os mega-projectos. Nos novos espaços para onde são encaminhadas as comunidades, não há o mínimo de condições criadas. Não há escolas, não há serviços de saúde, não há arruamentos, não há emprego e já não se pode praticar a agricultura porque os campos onde as pessoas cultivavam agora estão minas de carvão e mais virão.

O professor João Mosca e o economista Thomas Sulemane, no seu estudo sobre a exploração de carvão em Tete, constataram que a situação nas áreas de reassentamento é equiparada ao “pior das aldeias comunais”. Isto dito por académicos, independentes de qualquer poder político, tem um peso irrecorrível.

Mas não são só os estudos que provam que a exploração de carvão está a começar muito mal para as comunidades locais. Os depoimentos dos próprios nativos de Tete e ali residentes desde sempre, provam que a preocupação é para se levar muito a sério.

Como já temos vindo a referir nos nossos editoriais, o facto das comunidades locais e as elites locais estarem a ver os outros entrarem-lhes pela casa a dentro sem que eles sintam que o desenvolvimento lhes esteja a trazer algum benefício, deixa a fermentar uma raiva perigosa.

Já sabíamos que as elites locais chamavam e chamam às elites da capital do País os “novos colonos” e que nas províncias já se começa a chamar a Maputo “a capital das colónias”. Agora isso aparece-nos confirmado por especialistas, com uma outra roupagem.

Os que vão de Maputo, embora também moçambicanos (não de Tete) são chamados de “forasteiros” que “vêm explorar os nossos recursos”. Noutras províncias sente-se também a mesma indignação por nada sobrar para os locais.

O presidente da República, do seu pedestal, na “reunião de quadros” do Partido Frelimo, no último fim-de-semana na Matola, saiu-se a dizer que as riquezas são de todos, não são de quem vive nas zonas onde há recursos. Foi pena que o empresário de sucesso Armando Guebuza não percebesse que esse mesmo discurso era usado com a mesma semântica pelos coloniaisistas de que ele próprio fez o que pode para se livrar. Mas recordar-se-á certamente tão ilustre cidadão que ao menos os portugueses que administravam esta nossa “Pérola do Índico” levavam daqui as matérias-primas mas traziam-nas de volta para aqui lhes ser ainda acrescentado algum valor? A indústria que havia prova-o inequivocamente. Hoje, nem com isso o Governo se preocupa, como nos provaram os investigadores, em Tete, onde

foram dizer coisas “novas”, mas há muito faladas entre dentes, ou como se diz também: “à boca pequena”.

O professor Carlos Nuno Castel-Branco apresentou em Tete um outro estudo que comprova que o Estado está a ser lesado com a forma como os mega-projectos estão a ser explorados. E não foi a primeira vez que o disse. Ninguém do Governo quer ouvi-lo, com excepção do Governador do Banco Central, Ernesto Gove, que como muitos deputados da oposição têm defendido, também é a favor da revisão dos contratos dos mega-projectos.

Os dados apresentados em Tete, revelam que o Estado perde anualmente o equivalente a 20% do orçamento do Estado corrente, através das isenções fiscais aos mega-projectos. Isto é inconcebível num país que depende de ajudas e créditos externos para pôr a sua economia a andar.

Quando se confirma que o Estado perde anualmente entre 400 e 500 milhões de dólares com “incentivos” que concede aos investidores (excluindo fugas ao fisco), estamos perante números que podem esconder muita corrupção, coisa que Castel-Branco não disse mas nós não podemos deixar sem reparo.

Disse-se, no entanto, em Tete, que “dados do Banco de Moçambique mostram que em média apenas entre 3% e 5% dos lucros do capital privado internacional são reinvestidos em Moçambique, e que cerca de 1 bilião de dólares são repatriados (para fora da economia nacional) todos os anos”. É caso para perguntarmos se será mesmo que não vai algum para contas em off-shores de alguns senhores que não se cansam de falar de patriotismo e a que dão eco funcionários subservientes que só sabem pedir calma a quem sofre sabendo que nas suas barbas já há quem esteja a facturar sem suar um gota de esforço julgando até que tem direito a carrões de super-luxo para que não lhe doam os rins e as costas nas visitas aos distritos...

Os que estão à frente da direcção do Estado optam por sacrificar o povo, para terem, eles próprios, ganhos obscuros. É só o que se pode imaginar perante o quadro escandaloso que nos foi dado conhecer por reputados estudiosos, em Tete.

O exemplo de Tete não é exclusivo daquela província. Refilar contra estas coisas indecentes a que todos estamos a assistir não é ser tribalista, nem regionalista. É antes ser realmente patriota e não um papagaio.

Alguém seguramente beneficia enquanto o povo sofre!

Outro dado interessante de notar é que em Tete, nem o empresariado local beneficia das oportunidades de negócios com os mega-projectos. Todos os que lá fazem negócios avultados com os mega-projectos ou vêm de fora do país, ou vão de Maputo. Isto tem consequências drásticas para a estabilidade do país. É difícil resistir quando se é pobre, mas é ainda mais difícil não se explodir quando se nota que existe quem se beneficia da nossa pobreza.

Não são discursos de apelo à paz que irão manter a estabilidade social no país, nem imagens de tempo de guerra reproduzidas na televisão irão manter as pessoas caladas diante de injustiças deste tamanho. É preciso que haja justiça social. É preciso que haja oportunidades para todos. É precioso que os recursos do país beneficiem a todos os moçambicanos, das províncias onde estão localizados os recursos e das demais províncias do país.

O que não se deve é continuar calado perante um grupinho de pessoas que tem o poder de controlar o Estado e tudo indica que com o seu discurso de que são insubstituíveis só vão usurpando tudo o que é do povo, em benefício pessoal.

Uma catástrofe poderá surgir neste país se isto continuar. O único culpado será aquele que se sacia com o suor do povo a pensar que é o único esperto que tem direito a beneficiar das riquezas nacionais. Quantos são? E até quando a calma vai existir? (Canal de Moçambique)